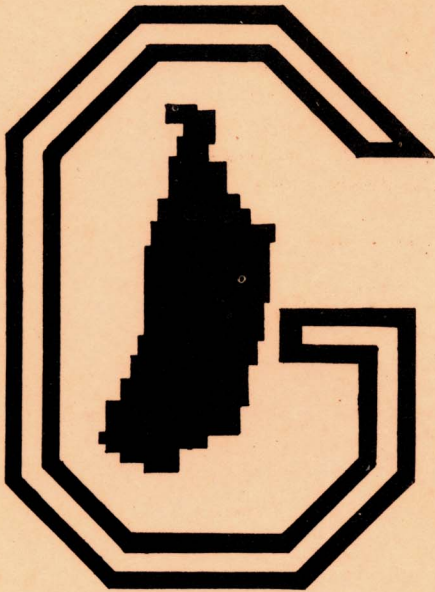


ISSN 0101-708X



UFG – IQG

DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA

BOLETIM GOIANO DE GEOGRAFIA

PUBLICAÇÃO SEMESTRAL — VOL. 3 N. 1-2 — JANEIRO/DEZEMBRO 1983

A PARTICIPAÇÃO DE GOIÁS NA GUERRA DO PARAGUAI

ZILDETE INÁCIO OLIVEIRA MARTINS*

1. ASPECTOS GERAIS DA PROVÍNCIA DE GOIÁS - 1860/70

1.1. SITUAÇÃO ECONOMICO-FINANCEIRA

A economia de Goiás no século XIX se baseava no cultivo de gêneros agrícolas (arroz, feijão, milho, cana-de-açúcar) e na pecuária extensiva, esta considerada o esteio da receita goiana, o sustentáculo econômico de Goiás, isto por despender pouco capital, requerer insignificante emprego de mão-de-obra, e por vencer, por si só, a ausência de meios de transporte ⁽¹⁾.

A concentração maior de gado ocorria no eixo norte-leste, isto devido às melhores pastagens ali existentes, e à maior proximidade dos mercados consumidores. O gado vacum e cavalar dos rebanhos goianos começou a ser exportado em escala apreciável a partir dos anos vinte daquele século ⁽²⁾.

Contudo, o desenvolvimento econômico da província no século XIX apresentava-se entravado, devido aos fatores destacados:

- o isolamento geográfico determinado pelas grandes distâncias que se interpunham entre Goiás e o sudeste do Brasil, centro consumidor, que levava à rotina e à baixa produtividade da agricultura, à ausência das indústrias, à mediocridade do comércio, pois o dinheiro circulante, em sua maior parcela, provinha dos cofres provinciais; alimentando as trocas através do funcionalismo ⁽³⁾;

- aliada ao isolamento geográfico, a precariedade dos transportes - carros puxados a bois, embarcações a remo ou vapor - demorados e caros, induzindo à exportação de gado para as províncias vizinhas, porque este por si mesmo se transportava no processo exportador, prescindindo de viação organizada para se escoar dos centros criadores para os consumidores e, de excelente qualidade, superava os obstáculos de transportes faltos e de carroto caro;

- precariedade das vias de comunicação ou mesmo a total carência de viação. As estradas de rodagem por vezes se apresentavam como estreitos caminhos, intransitáveis nas épocas chuvosas, pr

* Departamento de Ciências Humanas - ICHL/UFG.

vocando o atolamento dos carros de bois, e tornando as viagens bastante morosas.

As estradas do sul de Goiás eram, embora não satisfatórias, melhores do que as do norte, ressentindo-se essas da falta de pontes, de consertos, reparos, etc.

A navegação dos grandes rios (Araguaia e Tocantins) deixavam muito a desejar.

A ineficiência da viação elevava exorbitantemente o preço do transporte a ponto de, não raro, só ele custar o dobro do preço do produto transportado, o que tirava o ânimo dos agricultores de levarem seus produtos aos mercados consumidores e os obrigava a restringir a produção ⁽⁴⁾.

Segundo o presidente Augusto Ferreira França, a falta de boas vias de comunicação gerava o empobrecimento das atividades industriais e agrícolas e uma diminuição do volume de transporte comerciais; acarretava, inclusive, a privação de artigos considerados como de utilização primária, fossem eles de origem nacional, fossem produtos importados, sendo ambos não transacionados ou tendo sua produção diminuída, como forma de minimizar os riscos de não colocação no mercado, em virtude da sobretaxação pelo custo de transportes ⁽⁵⁾.

Para atender às crescentes necessidades de transportes e locomoção dos seus habitantes, dispersos por todo o seu território, Goiás contava pois com sofríveis estradas de rodagem, com vias de navegação que muito deixavam a desejar, e com meios de transporte de baixo desempenho e confiabilidade.

Durante o período provincial, em Goiás apenas se contava com a utilização de estradas precariamente transitáveis ⁽⁶⁾.

Outros fatores de considerável importância obstruíam a aceleração do processo econômico goiano:

- inexistência de capitais que propiciassem a exploração de atividade rendosas e de mercados consumidores para nossos produtos;

- a concorrência sofrida pelos nossos produtos agrícolas, em relação às províncias de Minas Gerais, São Paulo e Rio de Janeiro, que ofereciam o melhor mercado e, portanto, maiores incentivos à produção. A pecuária também perdia para a província de Minas Gerais, na época grande produtora, pois embora o rebanho goiano fosse de boa qualidade, a maior proximidade dos consumidores favorecia os animais mineiros ⁽⁷⁾;

- o desconhecimento por parte das populações rurais de métodos mais rendosos de cultivar a terra e criar o gado;

- os constantes ataques indígenas, principalmente no norte, forçando a concentração das populações em pequenos núcleos, possuidores de terras inférteis, determinando a preferência pela pecuária em detrimento da agricultura ⁽⁸⁾.

A associação de todos esses fatores veio trazer consequências prejudiciais ao processo de desenvolvimento goiano, com reflexos durante decênios sobre todas as atividades econômicas aqui processadas ⁽⁹⁾.

O concurso simultâneo das influências negativas citadas sobre o binômio renda/arrecadação com deficiências de ordem administrativa, criaram ao governo o problema de orçamento deficitário, uma constante a partir de 1867 ⁽¹⁰⁾, como se pode observar no quadro seguinte:

ORÇAMENTO DA PROVÍNCIA DE GOIÁS (1868-1877) BASEADO NOS
RELATÓRIOS DOS PRESIDENTES

ANOS	RECEITA	DESPESA	DEFICIT
1868	179:467\$500	202:533\$269	23:065\$769
1869	108:488\$569	182:882\$156	74:393\$587
1870	125:123\$723	170:734\$756 ⁽¹¹⁾	45:609\$033
1871	125:663\$414	163:864\$240	38:200\$826
1872	148:922\$574	168:030\$449	19:107\$875
1873	147:787\$276	180:208\$081 ⁽¹²⁾	32:415\$805
1874	133:963\$818	203:259\$264	69:295\$446
1875	158:674\$316	266:161\$060	107:486\$744
1876	174:376\$898	280:904\$058	106:527\$160
1877	205:322\$081	287:388\$199	82:066\$118

Segundo Nunes da Silva, solução inicial para a receita da província melhor se apresentar, seria a instituição de um fisco mais atuante, cujos agentes não se encontrassem tão freqüentemente em situações faltosas, tanto no que se refere à escrituração de livros de controle fiscais, quanto por ocasião de suas prestações de contas à Tesouraria Geral, e ainda por um maior controle desse órgão, levando à manutenção de livros que permitiram uma visão bem mais real da receita e da despesa.

Como conseqüência direta da diferença entre os valores de importação maiores que os de exportação, sem grandes perspectivas de aumento desta pelos caminhos existentes, agravado o problema pelos baixos recolhimentos da receita, o que se via na província era um ambiente de extrema pobreza (13).

Tentando imprimir algum progresso ao volume exportado, e como o transporte terrestre não apresentava sinais de rápido desenvolvimento, o Dr. Couto de Magalhães iniciou entendimentos sobre a navegação dos rios goianos, junto às autoridades do Ministério da Marinha.

Em 1865, em conseqüência da atuação das tropas expedicionárias brasileiras no território mato-grossense, e a seguir, em território paraguaio, onde o governo provincial de Goiás se empenhava em dar-lhes sustento de víveres, estimulou-se a produção agro-pastoril da região, como medida destinada a garantir as fontes de abastecimento de gêneros, que nessa hora crítica passaram a ser julgadas de suprema importância.

Apesar do esforço governamental, entretanto, ao findar a guerra o tesouro provincial estava exaurido (14).

Isto aconteceu, muito embora o Ministério da Guerra tivesse tomado, a 6 de abril de 1865, providências para auxiliar a economia goiana, através da remessa de fundos do Tesouro, tendo visto que a débil arrecadação jamais conseguiria sustentar o contínuo fornecimento à província vizinha, sem entrar em colapso. Durante o período em que se processaram os envios de suprimentos a Mato Grosso, houve diminuição do volume de gêneros para consumo local e um aumento descontrolado nos preços.

Esta situação foi agravada com a quebra da produção agrícola, verificada no ano de 1869. "Ao final da década de 60, apresentavam-se em crise todos os setores básicos da vida da província" (15).

Nun círculo vicioso se viu o governo provincial, quando, por dificuldade econômico-financeiras, não podia tomar providências eficientes para combater os entraves ao desenvolvimento, como os anteriormente citados, sendo que estes, por sua vez, opunham-se ao aumento da arrecadação (16).

O estado melindroso das finanças, em 1869, advinha assim, dentre outros fatores, dos gastos das administrações anteriores, do estado de guerra que assolava o país, e da muito diminuta renda provincial.

Procurando ativar mais o desenvolvimento econômico da província, os presidentes cuidavam de fomentar a melhoria do sistema via

rio de Goiás como parte de um todo de providências que eram imprescindíveis.

1.2. O PROBLEMA DOS TRANSPORTES E A NAVEGAÇÃO FLUVIAL

Todos os governos goianos tiveram conhecimento da precariedade do sistema viário na província.

Entre 1840 e 1870, certos da influência negativa dessa precariedade, e cômscios da obrigação de dotar a província de um meio de transporte que melhorasse as condições de vida dos locais, os governos imperial e provincial, em trabalho comum, se viram leva dos a promover a navegação fluvial, principalmente dos rios Araguaia e Tocantins, como meio de integração das regiões ribeirinhas.

Com tal objetivo, iniciaram a tomada de providências com a criação de vários presídios às suas margens.

Apenas os rios Araguaia e Tocantins possuíam um rudimentar sistema de navegação - o primeiro, já utilizava embarcações a vapor, enquanto o segundo apenas as à vela - muito embora este fosse o mais navegável.

Na realidade, apenas o rio Tocantins poderia ser efetivamente considerado como via comercial pois se prestava ao comércio entre as províncias de Goiás e do Pará. Por esse acesso se conseguia a compra de produtos por preços mais baixos que se adquiridos na Capital, com uma diferença no custo de seu transporte da ordem de 50% (17).

A utilização do Tocantins para a navegação comercial era mais regular e constante do que a do Araguaia. Por aquele se transportava em regime de exportação, couros e outros objetos da produção de Goiás, enquanto se importava do Pará, sal, forragem e molhados (18).

Durante o governo de Ernesto Augusto Pereira (1868/70) deu se grande incentivo ao transporte fluvial, considerando-se seu baixo custo.

O rio Tocantins prestava-se mais ao comércio entre o norte de Goiás e o Pará; o Araguaia era visto como solução para o transporte comercial na região sul-sudoeste de Goiás, então carente de vias de comunicação satisfatórias, em economia e confiabilidade, para o exercício de um comércio regular com os outros pontos do Império.

Em 1863, foi iniciada efetivamente, por Couto de Magalhães, a navegação a vapor do rio Araguaia. Esta linha foi oficialmente inaugurada no ano de 1868.

Daf até 1870, o progresso foi acentuado, e com excelentes conseqüências para a melhoria econômica da província.

Nesse último ano, foram transportadas via Araguaia um total de quase duzentas e sessenta toneladas de produtos manufaturados de consumo e outros, a um custo de 500 réis a menos em quilo conduzido que o preço do transporte por caminhos terrestres ⁽¹⁹⁾.

Cumpria-se pois o interesse dos governos de dotar a província de meios satisfatórios de condução de seus produtos para exportação, o que induzia a maior produção, antes tolhida pelo desinteresse dos agricultores ou pecuaristas temerosos da perda dos resultados de seus esforços, por não terem à disposição os meios de alcançar os consumidores.

O aperfeiçoamento das vias de exportação trouxeram maior dimensão ao desenvolvimento econômico de Goiás.

Veremos a seguir como esta situação geral da economia e dos transportes vai se refletir nos dois grandes problemas suscitados pela guerra - o recrutamento e o abastecimento.

2.A SITUAÇÃO MILITAR E AS PRIMEIRAS PROVIDÊNCIAS.

2.1. A FORMAÇÃO DA TROPA DE LINHA

A formação das primeiras tropas na província de Goiás, sempre mal servida de recursos militares, data de 1824/25, quando se criou na paróquia de Rio Claro um corpo fixo de Ordenanças, sem qualquer utilidade.

Em 1836, Goiás possuía uma companhia de cem Ligeiros, que em 1838 já se reduziã a 39.

Em 1841, foi criada uma companhia fixa de Caçadores, que no ano seguinte se tornou em corpo fixo de duas companhias, juntadas a uma terceira, de Cavalaria. Desaparecido esse corpo, criou-se no ano de 1860, outra companhia de Caçadores.

Reformado o quadro militar pelo governo, extinguiu-se a arma de Infantaria, permanecendo apenas os Caçadores de 1860 e uma companhia de Cavalaria. Foi essa guarnição que se deslocou para Coxim, agrupando-se às tropas de Minas e São Paulo, na defesa do território mato-grossense. Tendo ali, porém, ocorrido a falta de montarias, todas as tropas de Cavalaria presentes foram transformadas para Caça

dores a Pê, recebendo a de Goiás o nome de 20º Batalhão de Infantaria que perdurou até o final da luta.

Em 1870, finda a guerra, criou-se em Goiás o 1º Corpo Fixo de Cavalaria(20).

2.2. A GUARDA NACIONAL

A Guarda Nacional da província de Goiás se compunha de 8 comandos superiores que abrangiam os municípios da Capital, Rio Verde, Jaraguá, Pilar (1º comando); Meia Ponte, São José do Tocantins (2º comando); Bonfim, Santa Luzia (3º comando); Catalão e Santa Cruz (4º comando); Cavalcante e Arraias (5º comando); Palma, Conceição e São Domingos (6º comando); Porto Imperial e Natividade (7º comando); Formosa da Imperatriz e Flores (8º comando).

Estes comandos superiores compreendiam cinco esquadrões de Cavalaria, uma companhia avulsa de Artilharia, 18 batalhões de Infantaria com 98 companhias, três secções do batalhão com 7 companhias do serviço ativo, três secções do batalhão com 6 companhias, 9 companhias avulsas, 7 secções de companhia de reserva (21).

Uma vez designado o número de contingentes a serem envia dos por cada província para a guerra, pelo decreto nº 3.383, de 21 de janeiro de 1865, coube a Goiás um corpo de 490 Guardas Nacionais.

Porém, difícil foi a sua organização devido ao mau estado da mesma em toda a província. Esse número de Guardas foi distribuído pelas freguesias do sul. O corpo de Guardas Nacionais, além de auxiliar o exército não somente na defesa das praças, fronteiras e costas do Império, também deveria prestar serviço de guerra no Para guai.

O presidente de Goiás teve dificuldades para conseguir um oficial superior com as habilitações necessárias para comandar tal destacamento. Uma vez que não o encontrava na província, solicitou ao Ministério da Guerra que fizesse a nomeação do comandante do corpo a ser composto (22).

Outrossim, enviou ordens aos comandantes dos destacamentos das cidades de Catalão, Porto Mão-de-Pau, Santo Antônio do Rio Verde, Cachoeira Dourada, Lagoa Feia, Santa Rita do Paranaíba, no sentido de conduzir à Capital os recrutas, entregando ao comandante do destacamento da Guarda Nacional o armamento e correame que lhe fora requisitado (23).

Das leituras empreendidas na documentação referente a esse contingente, nada pudemos apurar a respeito da data da sua parti-

da em direção à província de Mato Grosso. Porém, é certo que da Guarda Nacional seguiram para a guerra 263 recrutas, dos 490 designados inicialmente (24).

2.3. AS PRIMEIRAS PROVIDÊNCIAS: O RECRUTAMENTO

Com a invasão paraguaia na província de Mato Grosso, tratou imediatamente o Governo Imperial de estabelecer as medidas urgentes e necessárias para a defesa do território.

Para tal, fundamentando-se na Constituição Política do Império, que em seu artigo 145 diz da obrigação de todos os brasileiros a pegar em armas para sustentação da independência, para defesa contra inimigos externos e internos, e para a conservação da integridade do Império do Brasil, houve por bem o governo da nação exigir de seus representantes, os presidentes provinciais e seus auxiliares, a promoção do recrutamento, a organização de corpos voluntários e que, em obediência ao Decreto nº 3.383, assinado em 21 de janeiro de 1865, colocasse à disposição do governo central o número de Guardas Nacionais de cada província requerido (25).

Pelo decreto, coube à província de Goiás o fornecimento de um efetivo de 490 Guardas, tendo as diversas paróquias o encargo de tal promoção, cabendo a seguinte distribuição por paróquia:

Paróquia	Contingente
Capital	20
Anicuns	12
Alemão	8
Campinas	12
Pouso Alto	12
Vaivém	20
Mossâmedes	6
Corumbã	24
Santa Rita do Paranaíba	6
Barra	6
Curralinho	20
Santa Rita	6
Rio Claro	6
Bonfim	28
Santa Luzia	28
Santa Cruz	28

Continua

Continuação.

Paróquia	Contingente
Crixás	6
Traíras	8
Ouro Fino	10
Dores do Rio Verde	20
Jaraguã	22
São José do Tocantins	12
Formosa	24
Morrinhos	16
Meia Ponte	28
Catalão	66 (26)

Para o atendimento dessas exigências, o governo provincial de Goiás iniciou a nomeação de comissões municipais, através do Ato de 10 de maio de 1865, encarregando-as de promover o alistamento para os corpos de Voluntários, e fazer correr uma subscrição pública destinada a socorrer as famílias indigentes ou menos amparadas, dos Guardas Nacionais e dos voluntários que marchassem para a guerra⁽²⁷⁾.

Ao mesmo tempo, apelando para o sentimento patriótico dos goianos, e empenhado na defesa da dignidade nacional, ultrajada pelo inesperado ataque, convocou o auxílio de todos os cidadãos válidos para que, com toda a ajuda disponível, se pudesse vencer os paraguaios. Insistiu ser indispensável o aumento constante dos corpos de Voluntários da Pátria, bem como o concurso permanente e eficaz da Guarda Nacional do Império.

Por outro lado, expediu ordens aos comandantes superiores dessa Guarda, considerando-os primeiros responsáveis pela sua organização, e designando-os naturais e primeiros agentes do governo no processo de defesa.

Recomendações foram especialmente feitas aos membros das comissões municipais de recrutamento para que minimizassem os pontos de atrito e entrave à pronta formação dos corpos solicitados e para que também tudo fizessem para o crescimento acentuado do número de voluntários.

Quanto aos efetivos da Guarda Nacional, achou-se necessária uma seleção de seus elementos componentes, que se determinou fos

sem fortes, sadios, bem fardados e alimentados, armados e municidados.

Para se prevenir quanto aos problemas de transportes, que futuramente adviriam, para a remessa de gêneros aos corpos expedicionários, o governo proibiu, sob pena de incursão em crime de desobediência e sujeição a sanções, que se recrutassem elementos válidos para a condução de fretes, tropas e carros com destino à Capital, a outros pontos da província, ou para Mato Grosso (28).

Observou-se também que "o recrutamento deveria ser feito com especial atenção para não causar ofensa a direitos de isenção do serviço militar ou prejuízos ou encargos às famílias" (29). Este tratamento foi comunicado às comissões para cumprimento das determinações da Instrução de 10 de julho de 1822 e da legislação em vigor.

Deu-se ênfase à necessidade de separação fiel entre recrutados e voluntários, bem como da remessa apenas de elementos considerados aptos para o desempenho que lhes fosse exigido.

Para fazer frente às despesas com o recrutamento, os comandantes superiores requisitavam o numerário necessário, oferecendo quitação com recibos em duplicata (30).

Cada destacamento de Guardas Nacionais deveria seguir para a Capital da província, sob as ordens de um oficial de confiança, designado em comissão. Durante o percurso, cada Guarda percebia a quantia de 340 réis diários, pagos por antecipação, calculados os dias para esse fim, a contar da data da partida, na proporção de um dia para cada quatro léguas de marcha (31).

Alguns comandantes encarregados do recrutamento em suas comarcas tiveram grandes dificuldades para o cumprimento dessa etapa; tal ocorreu, por exemplo, com Custódio José de Almeida Leal, encarregado da comarca de Palma, na vila de Conceição do Norte, a quem coube a remessa de 75 soldados. Teve esse encarregado a dificuldade de obtenção dos víveres necessários para a marcha, gerada pela carencia existente em toda a sua comarca, e agravada sobremaneira pela seca que causou grande mortandade nos rebanhos (32).

Tendo em vista a ocorrência de vários casos de retardamento no envio dos corpos de Guardas Nacionais, o presidente Augusto Ferreira França resolveu estabelecer normas que viessem a completar com maior rapidez a formação das tropas a serem destacadas e organizadas para deslocamento até Mato Grosso e as comunicou aos comandantes superiores das comarcas por intermédio de dois ofícios circulares, datados de 28 e 29 de setembro de 1865, respectivamente (33).

Por seu lado, entretanto, julgando necessária uma justificativa para tão acentuada demora, o comandante superior da comarca da Capital, coronel Antônio José de Castro, fez coletar uma relação que apontava as causas do atraso:

- baixa densidade demográfica, numa vasta extensão territorial;
- falta de conveniente organização e, em alguns casos, o total desmantelamento da Guarda Nacional;
- incidência relativamente grande de homens casados em relação aos solteiros, o que dificultava o cumprimento das recomendações presidenciais sobre direitos de isenção e gravame familiar, na maioria das paróquias;
- grandes alterações por evasão nos quadros dos Guardas Nacionais, pelo alistamento como voluntários de elementos saídos de suas fileiras;
- morosidade na designação dos Guardas, feita na forma estabelecida pela Lei nº 602, de 19 de setembro de 1850 e seus regulamentos.

Considerando-se a validade dos argumentos apresentados, não se pode justamente acusar de negligência ou descaso os comandantes superiores ou seus corpos de auxiliares no recrutamento, como também não se pode atribuir à falta de patriotismo ou coragem dos goianos, a dificuldade em tê-los na defesa da integridade nacional.

Após levar em conta todos os diversos aspectos desses entaves, e tentando obter mais rapidamente e em maior número os contingentes necessários à defesa do nosso território, determinou o Ministério da Justiça, a 13 de maio de 1865, através de uma circular a todos os comandantes superiores da Guarda Nacional, fosse suspensa imediatamente essa unidade, nos locais em que se recusasse a contribuir com o contingente exigido nos termos do Decreto nº 3.383, e ainda sugeriu o mesmo Ministério ao Governo Imperial fosse sumariamente dissolvida a Guarda nos locais e ocasiões onde julgado conveniente aos interesses do Estado (34).

O presidente da província, Augusto Ferreira França, estudando o problema do recrutamento e suas conseqüências, observando o razoável número de Guardas Nacionais e de Voluntários da Pátria colocados à disposição do Ministério da Guerra por Goiás, pesando o encargo que recaía sobre a província pela sua obrigatoriedade de fornecimento de víveres às tropas em operação em Mato Grosso, e a influência que tem o processo sobre a diminuição dos homens aproveitáveis como tropeiros e carreiros, impedindo, com isso, a remessa de

gêneros por carência de transportadores, e julgando a conveniência de aguardar o adestramento e guarnição, em separado, dos Voluntários e dos Guardas, resolveu, através do Ato nº 1.355, de 19 de setembro de 1866, suspender, por 2 meses - setembro e outubro desse ano - o recrutamento(35).

Outro fato que ocorria com o recrutamento forçado era gerar o medo que instigava os lavradores a se esconderem no mato. Essa fuga comprometia, também, a condução de víveres para a frente de batalha, por diminuir a produção de alimentos e tornar escassos os condutores. Foi esse um importante elemento das circunstâncias que levaram o presidente França a tomar as medidas suspensivas do recrutamento.

Apenas depois de estabelecida a corrente regular de fornecimento aos acampamentos em Mato Grosso, e reconquistada a confiança da população em seus bons propósitos, pode o governo provincial reiniciar os trabalhos de aliciamento de pessoal para a constituição do 2º Corpo de Caçadores a Cavalos, confirmada a sua não interferência nos trabalhos de provimento das tropas (36).

Algumas localidades não dispunham de um destacamento que pudesse se encarregar do arrolamento de pessoal, como por exemplo, Bela Vista e Natividade. O presidente Augusto Ferreira França contornou o problema pelo envio de 10 praças à primeira, e 8 praças à segunda, obtidos junto ao comandante superior da comarca de Porto Imperial.

2.4. OS EFETIVOS GOIANOS NA GUERRA

2.4.1. O BATALHÃO DE CAÇADORES

Em 22 de dezembro de 1864, o presidente Augusto Ferreira França, da província de Goiás, recebeu do Ministério da Guerra, ordens para que aprontasse o Batalhão de Caçadores para deslocamento até Mato Grosso.

Para reunir todos os elementos desse batalhão, o presidente resolveu substituir os destacamentos formados por eles, atuantes nos vários pontos da província, por membros da Guarda Nacional, deixando, apenas, permanecer onde estavam, os sediados em Porto do Rio Grande, no aldeamento de São José e cidade de Boa Vista, e nos presídios, isto porque seria inviável a sua substituição e causaria o retardamento da marcha, pelo tempo que levariam para chegar à Capital.

Enquanto se processavam as substituições e o apronto, o presidente se via a braços com outros problemas, de grande importância, que se opunham à partida. Entre esses, pode-se citar a série abaixo:

- para o preparo da munição, faltavam material (pólvora, cartuchos e chumbo) e mão-de-obra;
- a pólvora grossa estocada no depósito de material bélico não era de conveniente composição;
- era necessária a aquisição de bestas para o transporte de víveres e de todo o material do batalhão, sendo esta possivelmente a maior dificuldade a ser vencida;
- ainda sob o aspecto transporte, era de difícil realização a contratação de tropeiros, que exigiam preços elevadíssimos para a viagem;
- considerou-se insuficiente o número de soldados para satisfazer o que era exigido, sendo que parte da tropa ainda estava em viagem;
- foi necessária a preparação antecipada à margem dos rios que seriam cruzados, de embarcações para a travessia do pessoal e das cargas.

Uma vez resolvidos todos esses casos, deu-se a partida no dia 15 de abril de 1865, com destino à capital de Mato Grosso, pela estrada que atravessa o rio Grande, estimando-se em 60 dias o prazo necessário para a marcha (37).

Ocorreu, então, que o presidente França recebeu notícias, em 6 de maio desse ano, de que o Coxim fora invadido pelos paraguaios.

Ciente disso, ordenou que o batalhão regressasse imediatamente a Goiás, para que fosse enviado então para a região invadida, onde se juntaria às tropas expedicionárias vindas de São Paulo e Minas Gerais, que também se dirigiam para aquele local (38).

Dessa forma, o batalhão partiu para Coxim no dia 24 de agosto de 1865, atendendo às ordens do presidente da província de Mato Grosso.

Ficou estabelecido que essa força, ao se encontrar com as de São Paulo e Minas Gerais, onde quer que isso viesse a ocorrer, deveria se colocar sob as ordens do presidente provincial de Mato Grosso, coronel Manuel Pedro Drago, ou outro presidente que em seu lugar estivesse, desde que portador de patente superior à do seu maior comandante (39).

Se isso não acontecesse, ficaria a critério deste o estabelecimento das providências que deveriam ser tomadas.

O batalhão foi alcançado em Coxim, juntamente com o esquadrão goiano de Cavalaria, pelo coronel José Antônio da Fonseca Galvão, comandante das forças expedicionárias de Minas Gerais, e designado comandante geral em Mato Grosso. Por sua ordem o batalhão foi reunido ao de Voluntários, com o que se organizou a 2a. brigada, tendo sido indicado para o seu comando o tenente-coronel Joaquim Mendes Guimarães. Naquele local, recebeu a designação de Batalhão 20º de Infantaria.

Os Caçadores haviam chegado ao Coxim no dia 15 de setembro de 1865, acando à margem direita do rio, onde os encontrou, três dias depois, o coronel Galvão. À chegada, seu comando era exercido pelo major do batalhão, João Gervásio de Souza Pernê.

Em toda a documentação consultada, nada consta sobre o efetivo numérico do batalhão de Caçadores.

Por outro lado, como nela também não são mencionadas as datas de partida e regresso à província, do contingente de Guardas Nacionais, aventamos a hipótese de que seus componentes foram juntos aos Caçadores, Voluntários e esquadrão de Cavalaria, na formação do 20º de Infantaria de Goiás.

2.4.2. O ESQUADRÃO DE CAVALARIA

Este corpo foi organizado pelo Ato de 31 de maio de 1865, do presidente da província de Goiás, tendo sido designado seu comandante interino o capitão Eliseo Xavier Leal ⁽⁴⁰⁾. Compunha-se de uma companhia de linha e uma de voluntários, apresentando um efetivo de 118 soldados.

Sua presença na Guerra do Paraguai se processou a partir de julho de 1865, quando marchou para Mato Grosso, na direção do Coxim, para participar das operações militares previstas para os batalhões que para ali já se tinham anteriormente dirigido.

Seu primeiro ponto de destino era o depósito dos Bahús, onde se deveria informar da localização do batalhão goiano de Caçadores.

Na hipótese deste se encontrar próximo, deveriam os recém chegados apressar a marcha para alcançá-lo, juntando-se a ele, assim permanecendo até receber ordens superiores de separação, ou que algum fato ocorresse que a determinasse.

Por outro lado, se grande distância os separasse, deveria juntar-se a quaisquer tropas brasileiras que passassem pelas imediações, ou seguir em frente se a nenhum outro corpo se pudesse reunir.

Nesse último caso, sua segunda etapa o levaria a Vallinho, onde novamente seria informado da localização das forças brasileiras e, como medida adicional, também das paraguaias.

Somente se dirigiria ao Coxim se tivesse notícias do estacionamento do batalhão de Caçadores naquele local, ou se fosse informado de que sua presença era ali requerida (41).

Tendo sido tal exigência satisfeita, o esquadrão chegou ao Coxim no dia 7 de setembro de 1865, juntando-se aos Caçadores (42), e pondo-se às ordens de Joaquim Martins Serradourada (43) até o final da guerra.

Terminada a luta, requisitou-se, nos termos do Ato de 22 de abril de 1871, a devolução do estandarte do Esquadrão de Cavalaria para que fosse depositado na Catedral, o que não foi todavia atendido (44).

2.4.3. O BATALHÃO DE VOLUNTÁRIOS DA PÁTRIA Nº 16

O corpo de Voluntários da Pátria foi criado, juntamente com uma companhia de Cavalaria de Linha, com a qual constituiu um esquadrão que teve como primeiro comandante o capitão Eliseo Xavier Leal, no dia 19 de maio de 1865, por Ato do presidente provincial, e por força de determinações do Decreto nº 3.371, de 7 de janeiro de 1865 (45).

Anteriormente a essa criação, já determinara o presidente aos comandantes das diversas comarcas que criassem corpos de Voluntários, e que sob tal designação os alistassem (46).

Isso feito, recebeu o alferes Pedro Nunes Baptista Tamarindo, ordens para recolher à Capital recrutas e Voluntários da Pátria sendo estes detentores de maior preferência que aqueles (47).

Formado o batalhão goiano de Voluntários da Pátria, reuniu-se este na manhã do dia 1º de janeiro de 1866, às nove horas, no largo da Catedral, para que se procedesse à solenidade de bênção de sua bandeira.

Esta, finda a cerimônia e a missa, foi entregue ao comandante interino designado, major Manoel Baptista Ribeiro de Faria, a pôs o que se ouviu o discurso de presidente provincial (48).

Para o mesmo local, às oito horas da manhã de 20 desse mês, foi ordenada pelo Ministério da Justiça e da Guerra a reunião para a partida com destino à frente de batalha.

Para facilitar ao máximo o empreendimento da marcha, o presidente já havia colocado à disposição do batalhão todos os meios necessários que estavam ao seu alcance (49).

Pouco antes do início da viagem, discursaram o presidente França, o comandante militar José Joaquim de Carvalho e o comandante superior da Guarda Nacional, coronel Antônio José de Castro.

Terminadas essas formalidades, os oficiais tomaram seus postos e foi dada a ordem de marcha.

Nisto foi o batalhão precedido pelo presidente Augusto Ferreira França, pelo coronel Carvalho, por funcionários públicos e alguns cidadãos que montados a cavalo o acompanharam pelo trecho de meia légua, ao som de banda militar. Seguiu, então, rumo ao Coxim.

O batalhão era composto de 432 praças e comandado pelo coronel José Joaquim de Carvalho, que comunicou estarem os praças e os oficiais entusiasmados com a partida.

Seu destino era o acampamento do Coxim, onde se deveria incorporar à força expedicionária que para lá demandava, vinda de São Paulo e de Minas Gerais, sob o comando do coronel José Antônio da Fonseca Galvão.

Inicialmente, esse conjunto deveria permanecer acampado no Coxim, de onde partiria para as operações nos distritos de Miranda e Baixo Paraguai, em Mato Grosso.

Após iniciado o trajeto, contratiando ordens do Ministério da Guerra e do presidente da província de Goiás, que lhe determinavam a ida imediata para o Coxim, o coronel Carvalho tomou com suas tropas o rumo de Cuiabá.

Sabedor dessa ocorrência, comunicou França àquele comandante que a força deveria contramarchar para o ponto inicialmente fixado, onde aguardaria novas ordens.

Extremamente, resguardando-se contra novas possibilidades de desobediência, ordenou ao encarregado do fornecimento de gêneros ao batalhão, capitão Antônio Gomes Pinheiro, que cortasse os suprimentos se continuasse a marcha ao mesmo rumo. Autorizou, porém, o fornecimento do requerido se a contramarcha se realizasse.

O presidente determinou, ainda, desta feita ao alferes comandante do destacamento do Rio Grande, que não facilitasse víveres ou embarcações para a travessia do destacamento rebel. Ao chefe de polícia, senhor Evaristo de Araújo Cintra, ordenou que procedesse breve

e rigorosa sindicância para apurar responsabilidades e conhecer os motivos que levaram o coronel Carvalho à desobediência. Desejava-se saber também se houve a concorrência de algum militar para provocar essa atitude do superior da força.

Aquela autoridade partiu imediatamente ao encontro da tropa, indo alcançá-la na estrada que liga o Espírito Santo ao depósito de Bahús, a dez léguas além do Rio Claro.

Comunicado das providências tomadas pelo governo, ordenou Carvalho o cumprimento das ordens iniciais, rumando para o Coxim.

Das sindicâncias levadas a cabo por Cintra, ficou-se sabendo que os motivos que apresentou o coronel Carvalho como justificativa para o seu procedimento foram a falta de víveres em Coxim e a probabilidade de alguns pontos da província de Mato Grosso, e mesmo sua Capital, serem atacados, o que seria evitado com a presença de sua tropa.

O comandante havia comunicado ao major Manoel Baptista Ribeiro de Faria que fora cientificado por um negociante de Cuiabá, F. Sampaio, dessas possibilidades, e que lhe ocorrera então a mudança de roteiro, destinando-se àquela Capital.

Contrariado, porém, com o fato da alteração dos planos, o coronel Carvalho resolveu passar interinamente o comando do batalhão ao major Faria, o que ocorreu a 9 de março de 1866, após o que se seguiu sozinho para Cuiabá.

Relata Cintra, entretanto, que os motivos apresentados pelo ex-comandante não procediam, e que, na realidade, este apenas mudou o destino da viagem para atender a interesses pessoais. Carvalho havia declarado a várias testemunhas ser de seu interesse a ida àquela cidade, onde permaneceria inativo.

Cintra ainda o acusa de má-fé, pois o coronel Carvalho, para evitar que chegasse ao conhecimento do governo goiano a notícia da marcha para a Capital mato-grossense, fez com que seus comandados fossem obrigados a grandes voltas e, para compensar o aumento da distância, aumentava também a jornada diária.

Dias houve em que se marchou desde cedo até alta noite, e as vezes sob temporal. Como consequência desse esforço, os soldados se esgotaram, e se estropiaram os animais de bagagem e as bestas de carga dos tropeiros. Emagreceu a boiada, a ponto de ser necessária a sua substituição no Rio Claro. Todos se queixaram das longas e forçadas caminhadas. Considera-se ainda a sobrecarga em virtude das chuvas e das enchentes dos cursos d'água que mais ainda retardavam o desenvolvimento da viagem (50).

Regularizada a situação, o batalhão de Voluntários deveria prosseguir até Bahús, onde se abasteceria e se informaria sobre as tropas às quais se deveria agregar. Caso não as encontrasse, deveria demandar a Vallinho, onde teria notícias do Coxim e das forças paraguaias.

O encontro dos Voluntários goianos com as forças do batalhão de Infantaria nº 20 ocorreu em janeiro de 1867, no acampamento em Miranda, sob as ordens do coronel Carlos de Moraes Camisão, comandante das forças. Este fez saber que, embora não tivessem recebido prática do serviço militar, os Voluntários se constituíram num grupo subordinado e instruído.

Depois de concluída a sua atuação na defesa do território brasileiro, os Voluntários foram em Cuiabá dispersados de continuar o serviço militar, pelo presidente de Mato Grosso.

Em má hora chegou tal dispensa, tendo-lhes causado grandes problemas, uma vez que assim ficariam sem dispor dos necessários meios de transporte para retorno aos seus locais de origem, considerando, além de tudo, o alto custo de vida naquela Capital.

Em consequência, os Voluntários foram retornando esparsos, por seus próprios meios, o que tornou Goiás a única província que não recebeu seus filhos com as honras que mereciam, por todo o desempenho que cumpriram, e por todo o sofrimento por que passaram no decurso da luta.

A única homenagem recebida foi o regresso, a Goiás em 22 de setembro de 1870, do capitão de 20º batalhão, Luiz Cândido Gonzaga, trazendo por ordem do vice-presidente da província de Mato Grosso, a bandeira do extinto batalhão goiano de Voluntários.

Esta bandeira foi depositada na catedral da cidade de Goiás no dia seguinte, 23 de setembro.

2.5. A ASSISTÊNCIA SANITÁRIA

Iniciado o processo de recrutamento das forças, em 1865, a serem enviadas à província mato-grossense, o presidente provincial João Bonifácio Gomes de Siqueira dirigiu-se ao Dr. Theodoro Rodrigues de Moraes, delegado do cirurgião-mor do Exército, para que se prontasse uma ambulância devidamente acondicionada para a marcha do Batalhão de Caçadores até a capital daquela província.

Com a intenção de prestar a necessária assistência médica aos componentes do Batalhão, marchou junto a eles o único médico disponível, o segundo-cirurgião Dr. Cândido Manoel de Oliveira.

Ainda na gestão do presidente Siqueira, em 18 de fevereiro do mesmo ano, foi aprontada outra ambulância, esta com destino ao destacamento do porto de Coxim, composto de 22 praças.

O presidente Augusto Ferreira França solicitou ao diretor do Instituto Vacínico da Corte, tubos e lâminas com pus vacínico, o que foi atendido pelo Dr. Balbino de Moraes Pinheiro, Juiz do Termo de Uberaba, em 26 de maio de 1866. Todos os praças do batalhão de Caçadores e da companhia de Voluntários da Pátria, e os do esquadrão de Cavalaria foram vacinados antes da partida.

Em 18 de junho de 1866, foram enviados medicamentos às forças em operação ao sul de Mato Grosso, então comandadas pelo tenente-coronel Joaquim Mendes Guimarães, uma vez que o estado sanitário delas, segundo esse militar, era o pior possível, observado o número crescente de doentes e a carência de remédios. Ainda segundo o comandante das forças, grande parte das ambulâncias foram deixadas por falta de animais para sua condução (51).

No entanto, a falta de medicação obrigou o coronel Carlos de Moraes Camisão a enviar à capital de Goiás o capitão do batalhão 20º de Infantaria, Luiz Cândido Gonzaga, para sua obtenção, isto em fevereiro de 1867. Em, em 24 de abril desse ano, foi-lhe enviada uma ambulância contendo os medicamentos solicitados.

A seguir, fornecemos uma relação parcial de medicamentos enviados às forças sediados em Mato Grosso:

- no ano de 1866: 48 pares de lâminas e 20 tubos capilares com pus vacínico - nos meses de março a agosto;
- no ano 1855: 2 caixas contendo lâminas e tubos com pus vacínico;
- no ano de 1867: 4 lâminas com fluído vacínico; 2 caixas com 20 pares de lâminas e 5 tubos com pus vacínico; 5 tubos com pus vacínico; um tubo e uma lâmina com fluído vacínico; 24 pares de lâminas e 5 tubos capilares com fluído vacínico; 2 caixas de remédios; uma caixa com 24 lâminas e 6 tubos capilares com fluído vacínico; e uma caixa com 24 lâminas e 5 tubos capilares;
- no ano de 1868: uma caixa com lâminas e pus vacínico.

2.6. A ORGANIZAÇÃO DO SERVIÇO DE ABASTECIMENTO E AS REAÇÕES DA POPULAÇÃO.

2.6.1.0 IMPACTO INICIAL E AS DIFICULDADES POSTERIORES

Assim que se ficou sabendo da invasão paraguaia em Mato Grosso, e uma vez tomadas as primeiras providências por parte do presidente provincial para socorrer aquela província, o povo goiano sentiu-se de certa forma comovido e procurou acudir o mais prontamente possível aos reclamos dos mato-grossenses.

De início, cidadãos animados do nobre desejo de correr em defesa do país, começaram a afluir, sendo os municípios de Bonfim e Cataão aqueles que primeiro ofereceram número mais considerável de soldados para o serviço da guerra.

Porém, apesar das providências tomadas pelo vice-presidente João Bonifácio Gomes de Siqueira (dezembro/64 a abril/65), no tocante ao envio de forças auxiliares a Mato Grosso, somente na administração de Augusto Ferreira França (abril/65 a abril/67) foi que se conseguiu expedir o primeiro corpo auxiliar em socorro dos mato-grossenses. Dentre as várias providências por este tomadas, atinentes à guerra, sobressaem:

- a substituição das armas estragadas do batalhão de Caçadores, por outras em bom estado;
- conserto de alguns armamentos;
- contratação de animais para o necessário transporte dos víveres requeridos pelas tropas; e
- ordens para a compra de gêneros alimentícios que faltavam para o fornecimento do batalhão em viagem.

Assim que assumiu as rédeas da administração, o presidente França achou o espírito público abatido, notando pouco entusiasmo na população pela sorte das nossas armas. Verificando como era prejudicial este estado de coisas, tentou mudá-lo, empreendendo uma visita ao depósito de artigos bélicos e aos quartéis de Cavalaria e do batalhão de Caçadores, passando a este uma revista em ordem de marcha que veio a animar o povo.

Expediu três circulares a fim de despertar o patriotismo na província e por em ação as molas auxiliares do governo: uma foi enviada para as câmaras municipais e as outras duas para os comandantes superiores da Guarda Nacional, para fazer seguir para a Capital os Guardas que tinham que compor o corpo a ser destacado e os voluntários que foram incumbidos de alistar.

Deliberou que o Correio deveria partir duas vezes por mês, daqui para o porto de Rio Grande, a partir do mês de junho.

Foi instalada a 9 de maio de 1865, na cidade de Catalão, uma sociedade denominada "Patriótica e Humanitária", com o fim de ajudar o governo na guerra do Paraguai.

Outrossim, foram feitas várias subscrições em favor das famílias indigentes dos Voluntários e dos Guardas Nacionais, que marcharam para a guerra, a saber:

- pela Comissão Paroquial no Rio Claro: cento e quarenta mil réis;
- pela Comissão Municipal do Porto Imperial: 405 mil réis, em 1866;
- pela venda de reses de Pilar: 304 mil réis;
- pela vila de Santa Cruz: 913 mil réis; e
- por Catalão: 541 mil réis.

Outros ofereceram seus serviços pessoais para a defesa do Estado e certa percentagem a ser abatida de seus vencimentos. O alferes reformado de Cavalaria, Gregório Antônio da Silva, ofereceu-se como instrutor da Guarda Nacional de Cavalaria, por não gozar de boa saúde.

Ainda, a Comissão Municipal da Capital, enviou 3.039\$000 reis para o asilo dos Inválidos, atendendo offcio de 28 de maio de 1867, do presidente provincial, que determinou se fizesse um depósito na Tesouraria Geral das Rendas Provinciais, das quantias por ele arrecadadas em benefício das famílias indigentes dos Voluntários da Pátria e Guardas Nacionais.

Algumas senhoras se prontificaram a coser gratuitamente as roupas e fardamentos dos Voluntários da Pátria, dentre elas destacando-se Emerenciana Vicência do Espírito Santo, Maria Vicência de Azevedo, Maria da Paixão e Silva e Luiza Isolma da Silva (52).

Entre as pessoas que contribuíram com parte de seus vencimentos para auxiliar no esforço de guerra, podemos citar os que se seguem: major Manoel Pereira Cardoso (5%); padre Serafim José da Silva, da Paróquia de Dores do Rio Verde (5%) professores Vicente Moretti Foggia, José Ignácio de Azevedo, Benedito Félix de Souza e Luiz Marcelino de Camargo (10%); Sr. Pedro Luiz Xavier Brandão (5%); Sr. Luiz Thomaz de Aquino (5%) (53); capitão Antônio Baptista Camacho (sem percentagem declarada, no período de 19/7/1865 até o fim da guerra); Sr. José Pedroso Duarte (20\$000 reis) (54); Dr. José Raymundo Marinho, Promotor Público da Comarca de Boa Vista (10%) (55); padres Daniel da Silva Rocha Vidal e Antônio Luiz Braz Prego, de São José do Tocantins e de Santa Cruz, (5 e 10%), respectivamente; Sr. Francisco Herculano Fleury Curado, agente do correio de Corumbá (todos os seus

vencimentos); professores Severiana da Fonseca Braga (10%), Ana Joaquina da Luz (20\$000 reis anuais), Braz Luiz de Pina e Ivo Rodrigues Barbosa (10%, cada um).

Um grupo de 52 cidadãos de Catalão doaram, para as urgências do Estado, através de uma subscrição, uma certa quantia não registrada.

Entre as pessoas que fizeram doação de mantimentos, podemos citar: senhores Franklin da Rocha Lima, João Baptista Carneiro, Francisco de Faria Albernaz e o major Antônio Pereira de Abreu.

2.6.2. A FORMAÇÃO DE DEPÓSITOS DE VÍVERES

Dada a característica da economia de subsistência, quase autossuficiente e autoconsumidora de Goiás, resultando na precaridade do comércio local, não existiam estoques de alimentos na província. O problema foi agravado pela necessidade de abastecimento da província matogrossense, e, posteriormente, pela seca de 1869.

Diante disso, a primeira providência do governo goiano foi a criação dos chamados depósitos de víveres.

Eram os depósitos de víveres uma espécie de armazens com o fim de proporcionar mantimentos às forças expedicionárias que passavam pelas suas proximidades, de conservar os gêneros em um ponto central, de onde saíam para o suprimento das forças enquanto atuavam nos distritos de Miranda e Baixo Paraguai, em Mato Grosso.

Procurando atender a esse último objetivo, o governo provincial expedia ordens para os agentes das diversas localidades para que comprassem e remetessem para esses depósitos, gêneros e mantimentos.

Os víveres comprados eram pagos pela Tesouraria da Fazenda, limitando-se estas a satisfazer os pagamentos mais urgentes com dinheiro enviado diretamente aos encarregados dos depósitos. Os casos outros, eram liquidados posteriormente, parcelados ou não, por meio de apresentação de contas, ou por recibos firmados na recepção dos gêneros (⁵⁶).

O acúmulo de gêneros alimentícios nos depósitos era fundamental para o perfeito abastecimento das forças expedicionárias, motivo pelo qual os agentes sempre recebiam ordens no sentido de ativar, cada vez mais sua aquisição.

Tais depósitos foram criados em outubro de 1865, destacando-se dentre eles o de Sant'Ana de Paranaíba e o de Bahús, que se ligavam à estrada que demandava da Capital da província (Goiás) a Coxim, e à que saía de Vila de Sant'Ana com destino a Cuiabá.

O depósito de Bahús era dirigido pelo capitão Speriçião Baptista Roquete Frões e pelo tenente Beraldo José de Araújo⁽⁵⁷⁾. Este depósito se localizava na fazenda do Sr. Antônio Barbosa, por oferecer condições locais muito boas. O proprietário recebia pelo uso do local uma gratificação razoável.

Além desses depósitos, outros foram criados: no porto de Santa Rita, na fazenda do Pereirinha, no Rio Claro, no porto do Rio Grande e o da Capital.

Este último foi criado pelo Ato de 15 de abril de 1867, e era chefiado pelo capitão da Guarda Nacional Antônio de Pádua Godinho.

Os mais bem abastecidos foram sempre os de Bahús e Rio Claro⁽⁵⁸⁾. Em 6 de novembro de 1865, havia no Bahús mais de mil cabeças de gado⁽⁵⁹⁾. Em 22 de março de 1866, 313 cabeças de gado foram enviadas para o Coxim, sendo parte desse lote pertencente ao depósito de Bahús, e parte comprada pelo major primeiro oficial da Tesouraria da Fazenda.

O Bahús era guarnecido por destacamento de 15 praças. Estes prestavam serviços constantes de Atos expedidos pela presidência da província⁽⁶⁰⁾.

Em 1865, o depósito de Bahús abasteceu o batalhão de Caçadores, o esquadrão de Cavalaria e o batalhão de Voluntários da Pátria, acampados no Coxim, e ainda um contingente de 51 praças que conduziam artigos bélicos para Mato Grosso.

Em 13 de fevereiro de 1866, o presidente provincial Augusto Ferreira França, considerando a necessidade de compendiar as ordens principais dadas referentes ao depósito de Bahús para suprimento das forças servindo em Mato Grosso, expediu o Ato nº 919, que fazia as seguintes instruções:

- destinava o depósito apenas ao suprimento das forças que passassem pela imediações, das acampadas em Coxim, e quando estas estivessem operando contra os paraguaios em Miranda e Baixo Paraguai.

- determinava a direção do depósito a pessoas designadas pela presidência, e a quem esta responsabilizava diretamente por quaisquer irregularidades;

- determinava da alçada da presidência o estabelecimento do destacamento de guarda;

- atribuía à direção do depósito a responsabilidade pela compra de todo o necessário para mantê-lo em condições de atender às forças na quantidade e no momento exigidos;

- obrigava à manutenção de instrumentos de medida para controle das aquisições;

- determinava o acondicionamento dos gêneros protegidos de agentes de deterioração;

- determinava a marcação e guarda dos rebanhos em pastos de boa qualidade;

- estabelecia a permanência constante de pelo menos um encarregado no depósito, e de pelo menos um em viagem de aquisição , que recomendava fosse feita pelos preços mais razoáveis possíveis , visando menor desgaste nos cofres públicos;

- determinava o pagamento das compras através da Tesouria da Fazenda, autorizando porém o uso de verba fornecida ao encarregado para liquidação em caso de não aceitação daquela forma de pagamento pelo vendedor. Em qualquer compra, exigia-se para comprovação, recibos em duplicata, com redação padronizada;

- o depósito manteria equipes para campear o gado e transportar os gêneros adquiridos não entregues diretamente nos armazéns;

- o depósito deveria sempre fornecer o solicitado por quem de competência, enviando também ao Coxim, quando fácil o transporte, todos os gêneros disponíveis, emitindo guia minuciosa de remessa e também tomando recibo em duas vias;

- exigia a prestação de contas das aplicações realizadas, bem como o controle permanente dos estoques, que deveriam ser constantemente participados à presidência. Este controle obrigava à existência de livro próprio para registro das entradas e saídas dos gêneros; este livro seria examinado quando da extinção do depósito, para julgamento ⁽⁶¹⁾.

Complementando estas instruções, expediu-se a seguir o Ato de 4 de abril de 1866, com as seguintes determinações:

- pessoa do quadro da Tesouraria da Fazenda, designada pelo presidente provincial, exercerá as funções de escrituração do depósito, além de executar os mesmos encargos dos demais encarregados; e esta pessoa deverá constituir tantos livros para controle quanto achar necessários, podendo esses livros, ao contrário dos criados no Ato anterior, ser abertos, numerados, rubricados e encerrados por ela própria;

- chefiará o destacamento de guarda o oficial mais graduado em serviço no depósito, cabendo a este organizar os vencimentos e efetuar o pagamento do soldo aos subordinados;

- não se permitirá qualquer tipo de jogos, nem a permanência de pessoas estranhas no depósito, ou na casa de arrecadação⁽⁶²⁾.

Competia ainda aos encarregados de depósitos, a direção dos serviços de Correio, ajustando pessoas que conduzissem as malas do depósito para o acampamento das forças expedicionárias, realizando as trocas de malas no depósito dos Bahús.

Em função das forças localizadas em Nioac, a linha do correio foi alterada, sendo subdividida em duas partes: uma, da Capital até o Bahús, e a outra, desse depósito até o acampamento⁽⁶³⁾.

Além das determinações constantes dos Atos 919 e seu complementar, o presidente França procurou manter as autoridades militares informadas dos locais onde pudessem ser adquiridos gêneros alimentares e gado, recomendando sempre, porém, prioridade para aquisição de cereais, por serem mais necessários na época.

Com a finalidade de aumentar a concorrência dos negociantes junto às forças, e como contribuição para evitar o aumento desregulado dos preços dos víveres, foi vedada a compra direta de carreiros e tropeiros pelos encarregados dos depósitos.

Com o passar do tempo, receiando a deteriorização por não poderem ser imediatamente consumidos os gêneros, o presidente França recomendou se regulassem as compras para o depósito dos Bahús⁽⁶⁴⁾.

Não se podia correr os riscos de perda de víveres, nem tampouco os de deixar as forças sem meios abundantes de subsistência.

Em 21 de janeiro de 1867 foi extinto o depósito de São Pedro, administrado por Serafim José de Barros.

Em 5 de novembro desse ano criou-se um depósito no Coxim, com o comando exercido pelo alferes do destacamento, Antônio Pinheiro de Oliveira.

Autorizou-se, a 10 de novembro de 1868, por desnecessária a sua existência, uma vez que não haviam mais forças no sul de Mato Grosso, a extinção do depósito dos Bahús.

O presidente da província de Goiás encarregou uma comissão de ir àquele local, com o intuito de tomar as necessárias providências para a suspensão das atividades. Estas providências seriam:

- vender à vista, pelo melhor preço, todos os gêneros que estivessem em bom estado e os recuperáveis, o gado e os animais de transporte, os utensílios e instrumentos de peso e medida;
- dar para consumo os gêneros deteriorados, após exame por técnicos para esse fim designados;
- entregar, contra recibo, o material requisitado pela providência ou pela Tesouraria da Fazenda, vendendo o não procurado; caso não ocorresse a venda, entregar às mãos de pessoa de confiança;

- o material bélico, entregar sob a guarda de pessoa idônea, mediante garantia, ficando essa pessoa encarregada de fazer chegar o depósito à presidência da província de Mato Grosso;

- retornar, juntamente com o destacamento, conduzindo os livros de registro e toda a documentação do depósito (65).

- em caso de se encontrarem tropeiros interessados em conduzir os artigos de guerra encontrados para a província de Mato Grosso, a Tesouraria estava autorizada a contratar o transporte, por um preço máximo de dez mil réis, preço estabelecido a pedido do governo daquela província (66).

2.6.3. O SISTEMA DE COMPRA E REMESSA DE VÍVERES

Preocupação constante do presidente provincial de Goiás foi a aquisição de víveres para o abastecimento das forças sediadas na província mato-grossense.

As forças enviadas àquele local (batalhões de Caçadores, de Cavalaria, de Voluntários) foram acompanhados por diferentes tropas de animais, conduzindo grande quantidade de víveres, para que não sofressem privações em seu trajeto ou em sua permanência.

Inteirando-se de que as forças de Minas Gerais e de São Paulo passariam pela província de Goiás, rumando logo em seguida para Mato Grosso, o presidente Augusto Ferreira França dirigiu ofícios aos diversos administradores dos distritos de Santa Rita do Paranaíba, em meados de 1865, solicitando o aproveitamento dos gêneros produzidos e espalhados pelos diversos lavradores daquelas localidades. Todos esses víveres deveriam ser concentrados no porto de Santa Rita para serem vendidos aos comandantes das forças em trânsito.

Determinou, por outro lado, que se comprassem víveres nas fazendas mais afastadas, ainda que fosse necessário o seu transporte em carretas, autorizando se lançasse mão de verbas dos cofres da Recebedoria e, na sua falta, que se realizassem as compras a crédito, debitas à Fazenda Geral.

Como os lavradores se dedicassem à pequena agricultura, praticamente para o consumo doméstico, foi criado um grande corpo de agentes (67) que eram incumbidos de remeter víveres, quer para o depósito criado em Bahús, quer diretamente para as forças.

Tendo sido muito reduzida a colheita no ano de 1865 (68), causando escassez dos gêneros de primeira necessidade, e provocando elevação de seus preços, ocorreu que qualquer extravio de mantimentos passou a ser bastante prejudicial e comprometedor. Daí, aumentou a impor-

tância e a responsabilidade dos agentes para regularizar o abastecimento das tropas.

Para que se fornecessem víveres na proporção em que era imprescindível ao consumo imenso, foi necessário expedir carros e tropas de carga da Capital, uns após outros, transportando gêneros, e os adquirir nos municípios de Bonfim, Catalão, Jaraguá, Meia Ponte, e comarcas de Anicuns, do rio Maranhão, Alemão e outros lugares. O presidente da Câmara Municipal da Capital, Franklin da Rocha Lima, foi encarregado de pessoalmente ir aos distritos de Curralinho, Campinhas, Pouso Alto e Morrinhos para obter víveres e meios de transporte.

Sob grande pressão ficou a província, tendo sobre si a tremenda responsabilidade de não deixar perecerem milhares de brasileiros que defendiam a província mato-grossense, pressão esta que se agravava rapidamente, porque as forças paulistas, mineiras e goianas se internavam pelo distrito de Miranda, aumentando a distância entre si e as localidades de onde provinham os meios de subsistência. E mais ainda, o problema se tornou mais grave quando os pequenos fornecimentos que vinham de Minas Gerais e de São Paulo depressa cessaram.

Esta pressão obrigou a presidência provincial a manter, por longo tempo, o grande número de agentes encarregados das compras e remessas.

Para regulamentar o trabalho destes, das comissões municipais e dos empregados dos depósitos foram formuladas instruções, aprovadas pelo Ministério da Guerra. Estas instruções foram expedidas através do Ato nº 920, de 13 de fevereiro de 1866, pelo presidente Augusto Ferreira França e determinavam:

-os agentes deveriam adquirir a quantidade possível de víveres, especialmente gado, arroz, feijão, farinha, rapaduras, e enviá-las às tropas estacionadas em Coxim, ou para o depósito de Bahús, juntando a guia de remessa através do condutor:

- os agentes deveriam providenciar a aquisição fazendo-o pelo preço mais razoável, bem como conseguir preços baixos também para o transporte, exigindo sempre recibos em duplicata pelos pagamentos feitos diretamente. Em caso de compras feitas a crédito da Tesouraria da Fazenda, forneceriam declarações de débito, oficiando à presidência sobre tais ocorrências. Para os vendedores que aceitassem o pagamento contra entrega no depósito de Bahús, emitir-lhes-iam as guias necessárias, oficiando aos encarregados do depósito. Aos fazendeiros que comprassem sem entrega diretamente nos destinos, encarecer-lhes-iam a urgência do envio;

- os agentes deveriam incentivar a produção, colheita, armazenamento e acondicionamento do maior volume de gêneros junto aos fazendeiros e lavradores;

- as prestações de contas deveriam ser feitas na Tesouraria da Fazenda, devendo os agentes, para tal, apresentar toda a documentação, tanto de despesas e receitas, como das requisições de gêneros que lhes foram feitas pelas pessoas competentes;

- a todas as recomendações reclamava-se a presteza e pontualidade no cumprimento (69).

Sabe-se que, inicialmente, o gado da Nação a ser remetido às forças no Coxim ficava sob a guarda e vigilância dos encarregados do depósito de Bahús.

Porém, como ocorreu a apropriação ilegal de algumas reses por pessoas desconhecidas, e como o local não oferecia condição de bons pastos, como recomendava o Ato nº 919, já citado, o presidente França determinou a formação de um depósito especial para o gado, em lugar seguro e de bons pastos, fazendo o traslado de todo o rebanho. Desse novo depósito ele seria remetido para Mato Grosso para ser ali utilizado. Coube tal incumbência a David Claudino da Silva, em 20 de julho de 1866. Desta forma, o depósito de reses anexo ao Bahús foi suprimido. Antes da emissão dessa ordem, Bahús havia recebido uma boiada adquirida e enviada pelo presidente provincial.

Apesar dessa ocorrência, e da existência dos depósitos em Goiás, já desde 1865 se remetia gado diretamente para a província de Mato Grosso (70).

Em certas ocasiões, as notícias recebidas sobre o estado das forças eram incoerentes. Por vezes, diziam que haviam falta de víveres no acampamento, o que provocava queixas dos soldados ("o arroz, a farinha e o feijão não chegavam para eles, mas sim para os oficiais"). Em 1866, o coronel Antônio da Fonseca Galvão (71). reclamou ao presidente França quanto à falta de víveres para as forças expedicionárias sob seu comando.

À vista das requisições do atual comandante das forças em operações, o presidente da província de Goiás solicitou às autoridades militares e pessoas competentes, que providenciassem o atendimento, fazendo a remessa de víveres e gado para aquele local (72).

No noticiário do Correio Mercantil nº 100, da Corte, lê-se o seguinte sobre o fornecimento de víveres às forças sediadas no Coxim: "... as forças no Coxim nunca ficaram em tempo algum reduzidas à miséria, desde que ali chegaram tiveram o que comer e suas condições foram progressivamente melhorando. Os abundantes fornecimentos que têm sido feitos às forças, remetendo víveres por conta do governo e dos

particulares, tanto desta Capital como de todos os lugares ao sul da província, são devidos em grande parte às facilidades criadas pela administração do presidente Augusto Ferreira França não poupando meios para suprir de víveres as forças, e ao patriotismo do povo goiano⁽⁷³⁾.

É certo que nos Bahús havia víveres em abundância, porém a falta de meios de transporte para os levar às forças eram minguados em consequência da peste que dizimara os cavalos e os muares, e ainda por que não havia tropas a serem alugadas ou compradas na província.

Procurando solucionar tal problema, o presidente França oficiou aos presidentes das províncias de São Paulo e Minas Gerais, solicitando o envio de pelo menos trezentas bestas, a serem empregadas na condução de víveres dos Bahús, Coxim e outros depósitos circunvizinhos até o ponto em que o exército estivesse sediado.

Provisoriamente, porém, foi suspensa a compra de novos víveres devido ao grande acúmulo de provisões nos depósitos e à falta dos necessários meios de transporte para os conduzir. Esta ordem foi revogada quando apareceram muitos tropeiros e carreiros procedentes de Cuiabá, Minas, São Paulo, e mesmo goianos.

Quase todas as tropas goianas empregadas no Coxim se encontravam a serviço do governo, ao contrário das outras que eram, na sua maioria, particulares.

Pelas informações do Sr. José Antônio de Souza, que estivera no Coxim no mês de fevereiro de 1866, chegaram 3 tropas com 80 bestas e 4 carros de víveres, durante o período em que lá se encontrava.

Informou, também, que durante o seu regresso, distante do acampamento quinze dias de marcha, encontrou mais oitenta bestas e três carros de carga com víveres. Antes de chegar ao Bahús, passou por outras 60 bestas e mais de duzentas reses.

Ainda segundo suas informações, do depósito de Bahús, no dia de sua saída para a Capital, partiram para o Coxim cerca de 200 reses, ficando outro tanto para ser logo remetido. No Bahús, vira dez carros de víveres, não sabendo serem de particulares ou se da Nação.

Na fazenda do Gabriel, distante de Bahús 17 léguas, encontrou-se com uma boiada de 50 a 60 bois e com dois carros que demandavam aquele posto.

Nessa época, Serafim José de Barros enviara 400 reses para o Coxim.

Com a força do capitão Joaquim Martins Xavier Serradourada, chegaram ao Coxim, de 25 a 28 de fevereiro de 1866, cento e vinte reses.

Atendendo às solicitações dos agentes, conforme as recomendações do Ato nº 920, os lavradores aumentaram as suas plantações e em breve muitos especuladores começaram o transporte de gêneros para vendê-los, por conta própria, no depósito ou no acampamento.

Reconhecendo ser prejudicial aos interesses da Fazenda a multiplicidade de agentes, uma vez controlados os fornecimentos aos depósitos, o presidente França conservou apenas um agente em Rio Verde e outro no Rio Claro, permitindo ainda que a comissão de Bonfim continuasse a remeter os gêneros que em abundância mantinha acumulados ⁽⁷⁴⁾. Foram enviados pela comissão um total de 104 carros de víveres (ver quadro).

MAPA DOS GÊNEROS REMETIDOS PELA COMISSÃO DE BONFIM, PARA OS DEPÓSITOS DE COXIM E BAHÚS, POR CONTA DO GOVERNO PROVINCIAL NOS ANOS DE 1866/1867

ARTIGO	UNIDADE	1866	1867
Farinha de	alqueires	914	27
Mandioca	libras	-	2605
Feijão	alqueires	688	44
	libras	-	19290
Arroz	alqueires	181	87
	libras	-	11126
Toucinho	libras	29130	-
Açúcar	libras	31901	9742
	sacas	-	99
Sal	alqueires	95	173
	libras	-	12453
Café	libras	6730	-
Polvilho	alqueires	1	-
Pano	varas	3169,5	556
	sacas	-	404
Farinha de	alqueires	-	154
Milho	libras	-	24774

A idéia capital foi de ir, progressivamente, concentrando no depósito todas as operações necessárias para se efetuar a aquisição e remessa de víveres para o acampamento, isso porque dessa concentração resultaria a queda dos preços (porque diminuiria a concorrência dos compradores), maior regularidade nos transportes (porque todos os veículos deveriam afluir para o depósito), fiscalização mais rigorosa e fiel dos dinheiros públicos. A falta de dinheiro nos cofres da Tesouraria da Fazenda impediu o presidente França de suprir o chefe dos Bahús com fundos suficientes para acudir às despesas.

Sabe-se que, devido à necessidade de recolher os gêneros alimentícios transportados em carros ou animais para as forças que saíram do Coxim para se sediarem nas imediações do rio Negro (julho de 1866) e que não pudessem prosseguir até o encontro das mesmas, foi enviado ao Coxim um oficial ⁽⁷⁵⁾ que tomasse sob sua guarda os víveres até que estes fossem conduzidos em outros carros ou animais. A presença desse oficial era deveras importante naquele posto, uma vez que inúmeros condutores ficavam ali parados sem saber a quem os entregar. Alguns não podiam continuar viagem por não haver quem lhes garantisse um frete adicional pela extensão que tinham ainda que percorrer.

Esse oficial deveria também formar duas casas de arrecadação, uma para receber os víveres vindos de Minas Gerais e São Paulo, e outra para os da província de Goiás.

Com relação ao preço do frete, é bem verdade que o transporte de cargas em tropas ou em carros foi estipulado a 8\$000 réis por arroba, até o Coxim.

Segundo consta do noticiário do Correio Mercantil nº100 da Corte, a taxaço do frete a esse preço criava obstáculos ao fornecimento de víveres às tropas expedicionárias porque muitos tropeiros exigiam melhor remuneração por peso transportado. Por outro lado, outros carreiros e tropeiros achavam vantajoso esse preço, pelo fato de receberem um adiantamento sobre a quantia devida.

Em outubro de 1866, foi autorizado um aumento do preço do frete para 12\$000 réis, se não se conseguisse encontrar por menos um transporte rápido e garantido para os gêneros. Em compensação, foi estabelecida uma nova cláusula no contrato celebrado pelos encarregados de depósito dos Bahús, que obrigava o transportador dos mantimentos a os entregar onde quer que estivessem as forças.

Foi liberado o pagamento de um frete adicional aos carreiros e tropeiros, do Coxim até o acampamento das forças que seria efetuado pela caixa militar que acompanhava os expedicionários, ou mesmo pela Tesouraria da província, caso aquela não o fizesse.

O capitão Speridião Baptista Roquete Frões recebeu também o encargo de abrir ou melhorar uma estrada entre Bahús e Camapuã, por se ter resolvido que os gêneros deveriam ser conduzidos para as forças que seguiram para Miranda passando por esse local, ao invés de por Coxim (76).

Os primeiros condutores de cargas de Camapuã para diante, enfrentaram dificuldades com a desobstrução da estrada de Nioac que se achava abandonada, com a construção de pontes sobre os diversos riberões que atravessavam de leste a oeste, com as chuvas de maio que encheram os pantanais tornando-os intransitáveis, fato este que impedia a remessa de gêneros de Coxim para o Dabôco, e dali para o Nioac. A falta de comunicação oficial dos diversos comandantes das forças embarcava a remessa de víveres (não se sabia o ponto para onde deviam ser remetidos depois que desocuparam o acampamento do Coxim) e, consequentemente, junto com as dificuldades de trajeto, viam-se obrigados os encarregados dos depósitos a fazer contratos com os condutores, debaixo de mil condições e obstáculos que estes apresentavam.

Apesar das imensas crises debeladas a princípio, para se obter os víveres na quantidade necessária às forças expedicionárias, falta dos meios de transporte exigidos, as grandes distâncias que se interpunham entre a província de Goiás e os locais que sediavam as bases das tropas, locais esses quase sempre desertos e, às vezes, arenosos e junto a rios cujas margens desmoronavam no tempo das chuvas torrenciais, a província promoveu o abastecimento das forças mesmo depois que elas saíram de Mato Grosso, penetrando no distrito de Miranda, em território paraguaio.

Ainda sabendo da melhoria da situação das forças no Coxim, e com a notícia de que muitos carros procedentes de Minas Gerais alcançariam aquele local com víveres e gado para suprimento, os esforços para a obtenção de gêneros continuaram (77).

Nos fins de 1866, normalizara-se o envio de gado e de víveres. Solucionado o problema da remessa, esses passaram a ser enviados somente para Miranda ou Nioac. Em julho de 1867, no depósito de Bahús e no acampamento das forças em Mato Grosso, existia avultada quantidade de gêneros. Pelas correspondências dos comandantes militares ao presidente provincial de Goiás sobre o recebimento dos víveres, notava-se que suas remessas eram freqüentes e abundantes (78).

Tendo desaparecido a necessidade de preservação do depósito de Bahús (1868), uma vez que a força existente na fronteira foi recolhida à Capital e a província mato-grossense se livrara da invasão dos paraguaios, encerraram-se as suas atividades.

NOTAS E REFERÊNCIAS

- 1) MORAES, Maria Augusta Sant'Anna, Aspectos econômicos, sociais, administrativos e culturais de Goiás - Império. In: História de uma oligarquia: os Bulhões. Goiânia, Oriente, 1974, p. 27.
- 2) BRASIL, Americano do. Do primeiro império à república de 1889. In: Símula da história de Goiás. 2. ed., DEC.1961. p.99.
- 3) CORREIO OFFICIAL.RPPGO. 1873. p.3.
"A agricultura nada tem feito e nem promete fazer enquanto permanecer esta província separada e privada de comunicações fáceis com o litoral".
- 4) CORREIO OFFICIAL.RPPGO, 1873. p.3.
"O agricultor sabe que não pode exportar seus gêneros, que deve produzir o mínimo para não perdê-lo, portanto não se esforça e pouco produz. Porisso a província passa por crises de carestia".
- 5) CORREIO OFFICIAL.RPPGO, 29 de abril de 1867. p.37.
- 6) MORAES, Maria Augusta Sant'Anna. op. cit., p.30.
- 7) Idem, ibidem. p.31.
- 8) DOLES, Dalísia Elizabeth Martins. A expansão da indústria agro-pastoril e a navegação. In: As comunicações Fluviais pelo Tocantins e Araguaia no século XIX. Goiânia, Oriente, 1973. p.74.
- 9) MORAES, Maria Augusta Sant'Anna. op. cit., p. 28.
- 10) Idem, ibidem, pp. 29-30.
- 11) O valor do déficit constante dos documentos está incorreto. A diferença é de 45:611\$033, entre a receita e a despesa.
- 12) O valor do déficit constante dos documentos está incorreto. A diferença é de 32:420\$805, entre a receita e a despesa.
- 13) DOLES, Dalísia Elisabeth Martins, op. cit., p.74.
- 14) MORAES, Maria Augusta Sant'Anna op. cit., p.30.

- 15) DOLES, Dalísia Elisabeth Martins.op. cit., p. 73.
- 16) Idem, ibidem, p. 73.
- 17) TEIXEIRA, Pedro Ludovico.Relatório - Navegação Fluvial.1930-1933. p.35.
- 18) Idem, ibidem, p. 35.
- 19) Idem, ibidem, pp.39-43.
- 20) BARROSO, Gustavo. Século XIX. Brasil-Império; Regência. In:História Militar do Brasil. 2.ed., São Paulo, Nacional.v.49.pp.60-61.
- 21) CORREIO OFFICIAL.RPPGO, 17 de junho de 1867, n.185. p.2.
- 22) CORRESPONDÊNCIA do Presidente da Província com os Ministérios.26 de maio de 1865, SDEGO, livro n.85.
- 23) CORRESPONDÊNCIA do Governo Provincial às Autoridades de fora militares de 1861 a 1865. SDEGO, livro n.79.
- 24) FRAGOSO, Augusto Tasso. Invasão do Uruguai por Venâncio Flores à testa da cruzada libertadora - Dificuldades com a Argentina a quem o Uruguai acusa de parcialidade - Situação das relações entre o Uruguai e o Brasil - A missão Saraiva - Tentativa de pacificação - Ultimatum de Saraiva - O Brasil providencia sobre as represálias - Rompimento do Uruguai com o Império - Retirada de Saraiva e suas sugestões quanto às represálias - O Exército do Sul - Operação com Flores - Instruções do governo a Tamandaré e Mena Barreto - A aliança com Flores - Tropas brasileiras invadem o Uruguai - Operações de Tamandaré e Flores contra o Salto de Paysandú - Marchas de Mena Barreto no Estado Oriental - Segundo ataque a Paysandú com colaboração de Mena Barreto - Marcha dos brasileiros e de Flores contra Montevidéu - A missão Rio Branco. In: História da Guerra entre a Tríplice Aliança e o Paraguai. 2.ed. , Rio de Janeiro e São Paulo. Freitas Bastos S.A., 1956, v.5. p. 261.
- 25) CORREIO OFFICIAL, 4 de outubro de 1865, n.95. p.4.
- 26) CORREIO OFFICIAL, Noticiário, 25 de março de 1865, n.46.p.2.
- 27) CORREIO OFFICIAL, RPPGO, 22 de junho de 1867, n.186. p.2.

- 28) CORREIO OFFICIAL, 22 de junho de 1867, n.186.p.2
- 29) CORREIO OFFICIAL, RPPGO, 22 de junho de 1867, n.186. p.2
- 30) CORRESPONDÊNCIA do Governo Provincial às Autoridades de fora militares de 1861 a 1865. SDEGO, livro n.79.
- 31) CORREIO OFFICIAL, 27 de dezembro de 1865, n.109. p.3.
- 32) CORREIO OFFICIAL, 10 de maio de 1865, n.53. p.3.
- 33) CORREIO OFFICIAL, Ofício,22 de junho de 1867, n.186. p.2.
- 34) CORREIO OFFICIAL, RPPGO, 7 de janeiro de 1867, n.168. p.3.
- 35) CORREIO OFFICIAL, RPPGO, 22 de junho de 1867, n.186. p.2
- 36) CORREIO OFFICIAL, RPPGO, 16 de abril de 1867, n.178.p.2.
- 37) CORRESPONDÊNCIA do Governo Provincial às Autoridades de fora militares de 1861 a 1865. 15 de maio de 1865. SDEGO, livro n.79.
- 38) CORRESPONDÊNCIA do Governo Provincial às Autoridades de fora militares de 1861 a 1865. 17 de maio de 1865. SDEGO, livro n.79.
- 39) CORREIO OFFICIAL, 10 de junho de 1865, n. 126. p.4.
- 40) CORRESPONDÊNCIA do Governo Provincial às Autoridades de fora militares de 1861 a 1865. 3 de junho de 1865. SDEGO, livro n.79.
"A 1a.recebeu a denominação de 1a. e a outra de 2a."
- 41) CORREIO OFFICIAL, 4 de abril de 1866, n.126. p.4.
- 42) CORRESPONDÊNCIA do Governo Provincial às Autoridades de fora militares de 1861 a 1865, 3 de junho de 1865. SDEGO , livro n.79.
- 43) CORRESPONDÊNCIA da Tesouraria da Fazenda - de 1866 - 1869. 18 de março de 1867. SDEGO, livro n.90.
- 44) CORREIO OFFICIAL, RPPGO, 11 de julho de 1871,n.376. p.1.
- 45) CORREIO OFFICIAL, 24 de maio de 1865, n.57. p.1.
- 46) CORREIO OFFICIAL, Noticiário, 19 de agosto de 1865. n.82.p.4.
- 47) CORREIO OFFICIAL, Noticiário, 25 de março de 1865, n.46. p.2
Voluntários enviados pelas comarcas que mais contribuíram com elementos humanos para a formação do batalhão: comarca de Flo

res (50); Santa Luzia (30); Catalão (27); Corumbá (25); Jaraguã (18); Bonfim (17); Rio Verde (12).

- 48) CORREIO OFFICIAL, 1866, n.111. p.1.
- 49) CORRESPONDÊNCIA do Governo Provincial às Autoridades de fora militares de 1861 a 1865. 6 de fevereiro de 1865. SDEGO, livro n.79.
- 50) CORREIO OFFICIAL, 3 de abril de 1866, n.125. p.3.
- 51) CORREIO OFFICIAL, 13 de outubro de 1866, p.8.
- 52) CORREIO OFFICIAL, 22 de março de 1865, n.46.pp. 1-2.
- 53) CORREIO OFFICIAL, 8 de junho de 1865, n.9. p.1.
- 54) CORRESPONDÊNCIA do Governo Provincial às Autoridades de fora militares de 1861 a 1865. SDEGO, livro n.79.
- 55) CORREIO OFFICIAL, 7 de julho de 1866, n.142. p.5.
- 56) REGISTRO de Correspondência da Secretaria do Governo - 1865-1867. 11 de janeiro de 1866. SDEGO, livro n.87. pp.11-12.
- 57) Outros comandantes: tenente Cyriaco José d'Azevedo (18 de março de 1866); capitão Joaquim Martins Serradourada (17 de março de 1866). Gratificação: cem mil réis.
- 58) CORRESPONDÊNCIA do Presidente Provincial às Autoridades de fora da prcvíncia - 1858-1873. 16 de agosto de 1867.SDEGO, livro n.70. p.29.
- 59) CORRESPONDÊNCIA do Presidente Provincial às Autoridades de fora da província - 1858-1873. 6 de novembro de 1865. SDEGO, livro n.70.p.30.
- 60) CORREIO OFFICIAL, 11 de agosto de 1866, n.147.
- 61) CORREIO OFFICIAL, 3 de março de 1866, n.118. pp.4-5.
- 62) CORREIO OFFICIAL, 10 de abril de 1866, n.127. p.3.
- 63) CORREIO OFFICIAL, 20 de outubro de 1866, n.157. p.2.
- 64) Poderia ocorrer a falta de condutores de víveres.
- 65) CORRESPONDÊNCIA do Presidente da Província com diversos - 1867-1872. 10 de novembro de 1868. SDEGO, livro n. 92.

- 66) CORRESPONDÊNCIA da Tesouraria da Fazenda - de 1866-1869.11 de março de 1869. SDEGO, livro n.90.
- 67) CORREIO OFFICIAL, 3 de março de 1866, n.118. p.6.
Vicente Ferreira Ramos de Azevedo (agente em Anicuns), Francisco de Paula Ferreira, Antônio de Carvalho, Manoel Pereira Valle (agente no Pereirinha), Serafim José de Barros (agente em São Pedro), José Joaquim Leão, José Manoel Vilela, José Francisco Guimarães, Antônio Gomes Pinheiro, Manoel Vieira de Rezende.
- 68) CORREIO OFFICIAL, 3 de julho de 1867, n. 187. p.1.
- 69) CORREIO OFFICIAL, 3 de março de 1866, n.118. p.5.
- 70) CORREIO OFFICIAL, 3 de julho de 1867, n.187. p.1.
Em 5 de novembro de 1865, foi enviada uma boiada de duzentas reses rumo a Cuiabá.
- 71) O coronel Antônio da Fonseca Galvão era comandante geral das forças expedicionárias em Mato Grosso. Viera comandando a força expedicionária de Minas Gerais.
- 72) CORREIO OFFICIAL, 9 de setembro de 1865, n.88. p.1.
O capitão Antônio Gomes de Pinheiro e Manoel Vieira de Resende redobram os esforços para acudir as forças, enviando víveres para Bahús ou Rio Claro. Ao comandante encarregado do depósito dos Bahús solicitou a intensificação da remessa de víveres para o Coxim e que mantivesse o coronel Galvão sempre informado dos gêneros existentes no depósito. Ao comissário José Joaquim Leão, mandou colocar à disposição das forças as boiadas que necessitasse encaminhar.
- 73) CORREIO OFFICIAL, maio de 1866, n.137. p.1.
- 74) CORREIO OFFICIAL, 11 de maio de 1867, n.180. pp.2-3.
- 75) CORREIO OFFICIAL, 4 de agosto de 1866, n.146. p.1.
Capitão Speridião Baptista Roquete Frões.
- 76) REGISTRO de Correspondência da Secretaria do Governo- 1865-1867 . 29 de janeiro de 1867. SDEGO, livro n.87. p.115.
- 77) REGISTRO de Correspondência da Secretaria do Governo- 1865-1867. 21 de maio de 1867. SDEGO, livro n.87. p.59.

78) CORREIO OFFICIAL, 3 de julho de 1867, n.187. p.3.

Ofício nº 50 do coronel comandante Carlos de Moraes Camisão
ao presidente Augusto Ferreira França - Acampamento em Nioac,
sul de Mato Grosso.